MONIZ BANDEIRA, L. A. **Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003).** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense,1995.

________. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Liliam Moritz. **As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Prova de 2005

Questão 1

O Brasil, entre 1850 e 1875, exerceu hegemonia regional sobre a Bacia do Prata. Diplomacia, armas e empréstimos foram meios para garantir a livre navegação dos rios, o assegurar das fronteiras, a exploração das pastagens uruguaias e a contenção do expansionismo argentino. À luz desses fatores, faça o balanço histórico da aliança do Brasil à Argentina e ao Uruguai, entre 1864 e 1870, impondo derrota sobre o Paraguai. Avalie, em especial:

a) As causalidades da formação da aliança contra o Paraguai;

b) As conseqüências da Guerra para as relações argentino-brasileiras.

Fábio Meira de Oliveira Dias (20/20)

A questão da livre navegação na Bacia do Prata sempre foi importante para os portugueses e acabou deixando para o Brasil independente uma herança de conflitos na região.

Logo após a chegada de D. João VI ao Brasil, a incorporação da Província Cisplatina, região do atual Uruguai, demonstra a preocupação com a Bacia do Prata. Já antes disso, em 1750, com o Tratado de Madri, a respeito das fronteiras brasileiras, a região mostrou-se problemática em relação à colônia do Sacramento e ao território das Sete Missões. A independência do Paraguai e do Uruguai, posteriormente, não eliminou o potencial de conflito, como se confirmou mais tarde.

Durante muito tempo, até o Segundo Reinado, o Brasil manteve-se relativamente afastado da região, no que se costuma caracterizar como período de contemporização. Nesse tempo, a preocupação esteve voltada para assuntos internos, como a garantia da unidade territorial e a manutenção da ordem agrário-exportadora escravista. Somente por volta de 1850, já tendo deixado para trás problemas como as revoltas regenciais, o Brasil voltou a interferir ativamente na Bacia do Prata.

O Paraguai, até por não possuir saída marítima, foi-se inclinando para um modelo de desenvolvimento diferente dos demais países da região. Aos poucos, o projeto paraguaio autárquico começou a se chocar com diversos interesses, como o dos ingleses, por exemplo, em busca de mercados em que pudessem atuar livremente. Essa tendência autárquica paraguaia, já sentida no governo de Carlos Solano Lopez, foi acentuada e fortaleceu-se no governo de seu filho, Franciso Solano Lopez.

A situação intensificou-se com a intervenção brasileira no Uruguai, a favor do governo colorado de Venâncio Flores. A Região Sul do Brasil sempre foi particularmente sensível para o Império, e o medo do projeto de Lopez do Paraguai Maior e da reivindicação de territórios em uma eventual busca de saída para o mar levou o Brasil a articular-se, a fim de formar uma aliança que isolasse o Paraguai.

Quando o Paraguai avançou pela fronteira brasileira, teve início o conflito. A Argentina, que poderia apoiá-lo, também teve seu território invadido, o que possibilitou a articulação entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina na Tríplice Aliança contra o Paraguai.

As relações entre o Brasil e a Inglaterra estavam cortadas no momento da deflagração da guerra (Questão Christie), mas esta não desagradou aos ingleses. Pelo contrário, a possibilidade de vender armamentos para o conflito e a preferência por manter a livre navegação na Bacia, que poderia ser ameaçada com o domínio da região por apenas um país ou dois, são fatores que levaram os ingleses a não tentar evitar a guerra de todo.

A guerra e seu término, em 1870, tiveram profundo impacto na região. As rivalidades entre o Brasil e a Argentina fizeram com que o exército brasileiro mantivesse a ocupação até 1876. O Paraguai foi severamente destruído, com abalo significativo inclusive na sua população. No Brasil, o fortalecimento do exército e a participação de escravos no conflito somaram-se a outros fatores internos para contribuir decisivamente para a queda do Império e a abolição. As rivalidades com a Argentina continuaram e a aproximação do Brasil com os demais países da região permaneceu sendo vista com desconfiança pelos argentinos

Questão 2

Uma constante que atravessa a história política brasileira, do século XIX ao século XX, e que se arrasta desde a independência e o surgimento do Estado nacional é a fraca coesão ideológica dos partidos políticos. Quase sempre desprovidos de identidade e apoiados por legislação eleitoral facilitadora de fraudes e conchavos, esses partidos assistem, na longa duração histórica, à baixa representatividade dos eleitos. Nesse contexto, analise o quadro político-partidário de todo o Segundo Reinado (1840-1889), avaliando, em especial:

a) As congruências e divergências entre liberais e conservadores;

b) A emergência dos movimentos republicanos e seu impacto na estrutura político-partidária do final do Império.

Bianca Xavier Abreu (20/20)

Após a Independência em 1822 e com o estabelecimento da Assembléia Constitutiva, definem-se claramente duas tendências políticas no País: o grupo dos brasileiros e aquele dos portugueses. Não se tratava ainda de verdadeiros partidos políticos, denominação que se criou com maior consistência na participação política e maior definição de interesses ao longo dos anos do período imperial. A abdicação de D. Pedro I em 1831 leva à separação política de liberais exaltados e moderados que, após a Regência, agrupar-se-iam em liberais e conservadores.

A Regência é o período em que os contrastes partidários encontram-se mais claros, especialmente após a renúncia do Regente Feijó. De 1831 a 1837, configurou-se um período de ação liberal, um movimento que uniu a maioria dos políticos contra o despotismo (pelo qual D. Pedro I havia sido forçado a abdicar), em favor de maior autonomia provincial, e que culminou com a criação do Ato Adicional de 1834, uma espécie de emenda à

Constituição outorgada em 1824. No entanto, essa ação liberal foi logo freada por um regresso conservador, pois a ampliação da participação política das Assembléias Legislativas estendeu o conflito político às províncias e gerou uma série de revoltas, como a Balaiada, a Sabinada, a Revolução Farroupilha ou a Praiera. Os políticos liberais, que faziam parte da elite latifundiária, perceberam que a participação popular desses movimentos poderia ameaçar suas propriedades e o regime de escravidão. Assim, os interesses financeiros comuns, além de semelhanças de formação social e intelectual, uniram as elites brasileiras, que superaram suas diferenças ideológicas. O regresso conservador culminou com a antecipação da maioridade do Imperador D. Pedro II, articulada pelos próprios liberais em 1840. O pacto entre ambos os partidos intensificar-se-ia nos gabinetes da Conciliação.

No começo do Segundo Reinado, ainda se podia verificar um grau mais elevado de "fidelidade partidária", pois a prática das "derrubadas" pelo Poder Moderador retirava a totalidade dos gabinetes de seus cargos e permitia sua substituição pelo outro partido. A coesão entre os partidos também era observada na agressividade das disputas eleitorais que opunha claramente os dois partidos. A legislação eleitoral era fraca e possibilitava fraudes, a exemplo das "eleições do cacete", violenta forma de manipulação que os liberais utilizaram para se manter no poder. Contudo, a formação de gabinetes mistos durante a fase da Conciliação acabou com a coesão partidária e uniu as elites de tal forma que, dizia-se, não havia "nada mais parecido a um conservador que um liberal no poder". Ademais, a baixa representatividade dos eleitos, decorrência de um sistema de voto censitário, também contribuía para a indefinição social e ideológica dos políticos.

Tal quadro político-partidário modificou-se por volta de 1870, com o surgimento dos movimentos republicanos. Essa nova corrente ideológica ganhou força com a substituição das elites por novas gerações. Não pesava mais tanto a união política pela unidade territorial da época das revoltas provinciais; a importância do café para a economia nacional havia impulsionado novos grupos no poder, que desejavam reduzir o poder central do Rio de Janeiro e tinham reivindicações federalistas, como a de redução de impostos. O republicanismo também havia se tornado mais influente após a Guerra do Paraguai, pois os militares, cuja participação política era crescente, o haviam adotado após a convivência com as tropas republicanas argentinas e uruguaias. O Republicanismo não era mais uma mera ameaça, como havia sido recorrentemente usado nas reivindicações provinciais, de forma pouco consistente.

Por isso, a emergência de tal ideologia política levou, inevitavelmente, ao fim do Império. Tentou-se uma reforma monárquica para incluir elementos federalistas na Constituição, mas em vão. A República foi finalmente proclamada em 1889, após quase um século de contraste entre o Brasil imperial e seus vizinhos latino-americanos, republicanos desde os anos 1820.

Questão 3

Leia o texto abaixo, relativo à contribuição do Barão do Rio Branco à diplomacia brasileira.

"Um dos diplomatas a quem mais favoreceu disse dele que não era um bom administrador. Não se descarte que tivesse razão. Mas não fazia falta que o fosse. Bastava-lhe ser um grande Ministro do Exterior, com faro único do momento, das perspectivas e das possibilidades de ação e reação. Não mudou métodos burocráticos de trabalho, nem creio que

se preocupasse com isso. O que ele mudou foi o comportamento da diplomacia brasileira, o tom da sua voz, o modo de apresentar seus argumentos. Deu-lhe confiança. Alterou a posição do país no hemisfério e no mundo. E a imagem que de sua pátria tinham os brasileiros."

Alberto da Costa e Silva, "O Barão do Rio Branco e a modernização do Brasil" *in* Cardim, Carlos H. & Almino, João. *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Brasília: FUNAG/IPRI/ IRBr, 2002, p. 288.

Com base no texto, faça um balanço dos novos comportamentos da diplomacia brasileira instaurados pelo Barão do Rio Branco.

Pedro Aurélio Fiorencio Cabral de Andrade (20/20)

A política externa praticada pelo Barão do Rio Branco marcou mudanças significativas tanto em relação à política imperial quanto em relação à dos primeiros governos republicanos. As mudanças de maior profundidade são, grosso modo, a relação com os vizinhos e, principalmente, o deslocamento do eixo diplomático do Brasil, da Europa para os Estados Unidos.

Durante o Império, a política externa tinha caráter marcadamente europeísta, o que se justificava pelos vínculos mantidos pela Coroa com o Velho Continente. A Proclamação da República representou guinada radical: a adesão às propostas norte-americanas, já visível na Conferência de Washington de 1889, era vista como decorrência natural do republicanismo.

Com Rio Branco, todavia, essa orientação de cunho ideológico ganha caráter marcadamente realista. O chanceler partia da análise do cenário internacional dominado pelo imperialismo, no qual apenas a força garantiria a soberania das nações. Diante disso, seria útil estabelecer relação especial com os Estados Unidos, potência emergente nas Américas, o que ajudaria o Brasil a resistir a eventuais pressões européias. Tal relação também daria força ao Brasil nas relações com os vizinhos, as quais preocupavam o Barão, pela singularidade do Brasil perante o conjunto das nações hispano-americanas. O fato de os EUA também serem singulares favorecia tal aliança.

O intuito do Barão do Rio Branco ao se aproximar dos EUA era garantir a plena soberania brasileira e a preeminência do país na América do Sul. Não havia, pois, sacrifício da soberania, o que fica evidente quando se nota que a aliança com os EUA ocorreria apenas se fosse possível. No final de sua chancelaria, Rio Branco chegou a afirmar que entre EUA e Brasil deveria haver competição: a "nobre emulação". O projeto do Pacto ABC, com Argentina e Chile, resulta dessa visão.

Entre as medidas que evidenciam o apoio brasileiro aos EUA está a contestação da Doutrina Drago, que rejeitava o uso da força na cobrança de dívidas estatais. Rio Branco rejeitou tal tese, a qual fora suscitada contra o incidente das canhoneiras européias que bloquearam a Venezuela, atitude avalizada pelos EUA. Para o chanceler brasileiro, os países americanos deveriam cumprir suas obrigações. Além disso, ele via no aval americano o reconhecimento de que os EUA eram a potência regional, que seria consultada pelos europeus. Por isso, o Brasil aderiu à revisão do monroísmo de Theodore Roosevelt: tal doutrina serviria como proteção contra ingerências européias e foi invocada no incidente

com a canhoneira alemã Panther e nas negociações com o Bolivian Syndicate, quando da questão do Acre.

Quanto à relação com os países vizinhos, estas seriam caracterizadas pela solução pacífica dos conflitos de limites e pela competição com a Argentina pela liderança regional. Os limites com os vizinhos foram, em sua maioria, resolvidos por meio de tratados bilaterais, com aplicação da doutrina tradicional do uti possidetis *e do uso dos mapas coloniais. A exceção é a aquisição do Acre da Bolívia, situação em que a doutrina não beneficiaria o Brasil, razão por que foi paga indenização pelo território, já ocupado por brasileiros e que fora concedido a consórcio estrangeiro: o* Bolivian Syndicate.

Já as relações com a Argentina foram marcadas por atritos, notadamente por conta do rearmamento da Marinha brasileira, defendido pelo Barão do Rio Branco, mas rejeitado pela Argentina, que via na medida desígnios imperialistas do Brasil. A disputa pela liderança regional se baseava na tentativa de se aproximar dos EUA, os quais tendiam a apoiar o Brasil. Isso fica claro diante da instalação da primeira embaixada norte-americana na América do Sul no Brasil. A oposição à Doutrina Drago também foi causa de atrito.

Esse cenário de rivalidade começa a mudar no final da chancelaria de Rio Branco, com o já citado Pacto ABC, que sinalizava a intenção de reaproximar Brasil e Argentina. Havia ainda a intenção de formar contrapeso aos EUA, o que não se concretizou.

<u>Questão 4</u>

Getúlio Vargas, que no espectro social representava mais que a burguesia industrial, entendia, no entanto, que essa burguesia seria essencial para a instalação de um certo capitalismo humanizado no Brasil. Viu, nesse sentido, mais complementaridade que antagonismo entre os interesses nacionais e o capital estrangeiro. Para Vargas, desde que bem administrado e disciplinado, o capital vindo de fora seria um importante apoio ao desenvolvimento nacional.

Com base nessas visões, enumere duas iniciativas e/ou exemplos em torno dos quais se comprovaria o esforço de construção, na Era Vargas, dessa via associada de capitalismo brasileiro.

Daniella Poppius Brichta (18/20)

O primeiro exemplo da via associada de capitalismo foi a construção, com capital norte-americano, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1942. Para Vargas, a implantação de uma siderúrgica brasileira tornaria o país mais independente das importações, em uma época em que o Brasil exportava basicamente produtos primários e carecia de divisas, viabilizando-se assim a implantação de uma indústria de base no país. Cabe ressaltar que a liberação de fundos norte-americanos (via Eximbank) para a construção da CSN foi fruto da política de "eqüidistância pragmática" (Gerson Moura) do Brasil em relação aos EUA e à Alemanha. A política pendular de Getúlio, que ora inclinava-se para os Aliados ora para o Eixo, espelhava as próprias divisões ideológicas da cúpula do Estado Novo, mas acabou por servir como eficiente instrumento de barganha. Aos EUA interessavam manter o maior país da América do Sul em seu subsistema de poder, garantir o fornecimento de minerais estratégicos e montar uma base militar no saliente nordestino, de importância fundamental na guerra do norte da África. Em contrapartida, o Brasil recebeu o financiamento para a construção da CSN.

Outro exemplo da opção varguista pela via associada seria o Acordo Militar de Assistência Recíproca, firmado com os EUA em 1952 (e denunciado em 1977 no contexto das

críticas do governo Carter à política de direitos humanos brasileira) em meio à calorosa polêmica entre "nacionalistas" e "entreguistas", que dividiu as Forças Armadas durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). Para os "nacionalistas", da industrialização brasileira poderiam participar capitais estrangeiros, desde que os setores sensíveis ficassem a cargo do capital nacional, de preferência público. Os "entreguistas" – assim chamados por seus adversários, que os acusavam de querer "entregar" a economia nacional nas mãos de estrangeiros – eram a favor de uma industrialização baseada no capital estrangeiro, corporificado nas multinacionais.

O Acordo Militar de 1952 previa, em troca da ajuda econômica norte-americana ao Brasil, o fornecimento aos EUA de matérias-primas estratégicas e o apoio militar brasileiro à segurança do continente. Desnecessário dizer que o Acordo desagradou profundamente o segmento "nacionalista", tendo sido também, em parte, responsável pela perda de legitimidade do governo Vargas.

Questão 5

Analise o texto abaixo para responder à questão:

"A América do Sul corresponde ao espaço natural de afirmação dos interesses brasileiros. A diplomacia planeja agregar a este espaço países chaves do Atlântico africano. Com o conjunto, espera-se compor uma plataforma econômica e política, na qual a Argentina exerce papel estratégico como sócio privilegiado e o Mercosul como motor."

Amado L. Cervo, "A política exterior: de Cardoso a Lula", Revista Brasileira de Política Internacional, 46(1), 2003, p. 9.

Com base no texto, discuta:

a) O peso histórico da América do Sul, no século XX, como uma área relevante da política externa do Brasil;
b) Os momentos de aproximação e eqüidistância entre o Brasil e a Argentina na segunda metade do século XX.

Henri Yves Pinal Carrières (18/20)

a) No decorrer do século XX, a América do Sul concentrou parcela expressiva da atenção e dos esforços da diplomacia brasileira. As primeiras décadas do século foram particularmente tensas, embora o Brasil não se tenha envolvido em nenhum conflito militar. Momento delicado, em especial, o país viveu durante a Guerra do Chaco (1929-1932), que opôs Paraguai e Bolívia. O interesse argentino no Chaco – onde, suspeitava-se, haveria petróleo – incentivou este país a contestar a soberania paraguaia sobre ele. O Brasil se opôs, e o Chaco continuou a pertencer ao Paraguai.

A atuação brasileira não raro causava ressentimento em seus vizinhos. Da Bolívia, por exemplo, partia a crítica freqüente de que perdera o Acre num arroubo imperialista do vizinho gigante. O Chile, por sua vez, rival histórico da Argentina, via com apreensão as tentativas brasileiras de aproximação deste país.

Após a 2ª Guerra Mundial, a conduta diplomática brasileira foi marcada pela crítica aos atentados contra a soberania feitos em nome da "segurança continental". Com a Operação Panamericana, Kubitschek reformulou em termos políticos aquilo que a CEPAL dissera em termos técnicos. Segundo o presidente brasileiro, a estabilidade política da América do Sul dependia da superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Essa concepção foi bem acolhida pelos EUA do presidente Kennedy, que lançou a Aliança para o Progresso, enfatizando a necessidade de combinar legalismo político e desenvolvimento econômico.

No entanto, o desenrolar dos acontecimentos mostrou as contradições da doutrina americana e a dificuldade de um país como o Brasil sustentar posições totalmente autônomas. A Política Externa Independente de Quadros-Goulart rechaçou com veemência uma intervenção no recém-instaurado regime castrista (1959), bem como à instrumentalização da OEA pelos EUA. Em face disso, os americanos buscaram o entendimento com os setores militares dos países sul-americanos. A partir de 1964, é o Brasil que manterá contatos com as ditaduras vizinhas, a fim de aperfeiçoar a repressão política. Desde a redemocratização, porém, a ênfase tem sido no aprofundamento das relações econômicas e políticas, respeitando-se os valores democráticos.

b) Ao fim da 2ª Guerra Mundial, as relações entre o Brasil e a Argentina são tensas. Fala-se mesmo em guerra: convinha aos americanos que os brasileiros destruíssem os focos de simpatia pelo nazifascismo na Argentina. Por outro lado, pesam suspeitas sobre o filocomunismo de Perón, que, no entanto, chegou a afirmar que, num conflito entre EUA e União Soviética, colocar-se-ia ao lado da primeira potência. Com Vargas no poder (1950-1954), os dois países ensaiam uma conciliação, logo abortada pela turbulência política lá e cá.

Durante seus respectivos regimes militares, ambos atravessam uma falta de sincronia entre seus ideais. O governo dos militares argentinos decide tornar-se aliado incondicional dos EUA. O Brasil, ao contrário, aspira à condição de potência, mantendo relação mais altiva com os americanos.

No início da década de 80, com as ditaduras nos dois países chegando ao fim, um episódio trágico dá ensejo à reaproximação: a Guerra das Malvinas (1982). Os argentinos esperavam contar com o apoio dos EUA, que contudo absteve-se de participar do conflito. Dos brasileiros, no entanto, os argentinos obtiveram auxílio. A posição oficial nossa era de neutralidade, mas Moniz Bandeira assevera que ela foi "imperfeita".

A partir de 1985, os presidentes de Brasil e Argentina (José Sarney e Raúl Alfonsín, respectivamente) deram um primeiro passo no sentido de uma aproximação que, na década seguinte, constituiria o núcleo do Mercosul. Desde que ocorreu esse novo estreitamento de laços, as relações entre os dois países vêm adquirindo um perfil mais cooperativo que de rivalidade. É claro que tem havido altos e baixos nessa reaproximação, mas não há integração econômica inteiramente livre de percalços. Os argentinos, em particular, queixam-se da "invasão" de produtos brasileiros em seu mercado (os da chamada "linha branca", por exemplo). De qualquer maneira, houve entre Argentina e Brasil, ao que tudo indica, uma tomada de consciência do potencial que terão, se unidos. Esta parece ser, até o momento, a conquista mais sólida obtida pelos dois.

*